

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRs / Manuais				
	Auxílio a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tomar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(f) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Alego	(f) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(f) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(f) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.
	Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tomar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciante, representantes e julgadores, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO das informações solicitadas	Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 09/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade		Ouidoria	(f) Informações solicitadas.	Solicitante	(f) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, censuras, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (f) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
			Auração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(f) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(f) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso
			Auração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(f) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(f) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(f) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(f) Promoção da transparência e do controle social 'bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.
							PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação de Políticas Públicas	(f) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(f) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.
						Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.168/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(f) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(f) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do art. 30 CE/89.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(f) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Ashton Nascimento						(f) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(f) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(f) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(f) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual Regimento Interno - TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 001/2014). • Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 190 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (f) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo, e Órgãos e entidades da Administração Pública	(f) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (f) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (f) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (f) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (f) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
	Controle Direto	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e										

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
		regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	Processo de Trabalho				PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
								ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento					
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Padmetros definidos para organização e distribuição de atividades interessadas no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.	
							PO Instaurar Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.	
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo		Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo									
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo			Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.
								PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Secretaria-Geral Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações			
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo			Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo									
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo									
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo							(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo. (ii) Avaliações de programas de governo. (iii) Avaliações de funções de governo. (iv) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
				Secretaria de Controle Externo								Administração Pública; Programas de Governo	(i) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
			Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo					(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil; Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.
Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral							(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.			
Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica				Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo	Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instância.			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida.		Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)				(f) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Estágio e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Terceirizados	Diretoria de Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão de Pessoas	(f) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Ações de Capacitação		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(f) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais.
							PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(f) Instrutores internos formados.	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(f) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.
							PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(f) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos		
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional		Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento	(f) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(f) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE- GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(f) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal.
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 18/2022; Portaria nº 990/2023; PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA – Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.168/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 Lei 4.309/1964 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 151/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 184/2018-GPRES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento		Diretoria de Gestão de Pessoas	(f) Sistema gerencial de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.
							PO Gerir Atos de Pessoal		Diretoria de Gestão de Pessoas			
Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Atendimento Clínico		Diretoria de Gestão de Pessoas e Serviço de Bem-Estar	(f) Ambiente de trabalho seguro e saudável (f) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional.			
				PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO	Diretoria de Administração						
				PO Responder Situações de Emergência	Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Diretoria de Administração						
				PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional		Diretoria de Gestão de Pessoas	(f) Pesquisa de Clima Organizacional realizada (f) Plano de Ação Monitorado	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Diagnosticar e monitorar a percepção global dos servidores no tocante ao ambiente de trabalho, influenciando o comportamento profissional e, consequentemente, o desempenho da instituição.			
Logística e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.		Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		Lei Estadual n.º 17.928/12; Lei Nacional n.º 14.133/21; Lei Complementar n.º 123/06; Decreto Estadual n.º 9.900/21; Portaria n.º 226/2023 - GPRES; Portaria n.º 315/2024 - GPRES; Lei n. 16.044/07; Instrução Normativa nº 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023 Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.211/23; Decreto Estadual nº 10.139/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições		Diretoria de Administração	(f) Padrões procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins)	Tribunal	(f) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficazmente.
							PO Gerir Compra de Pequeno Valor		Diretoria de Administração			
							PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão		Diretoria de Administração			
							PO Gerir Contratações	Manual para Entrega de Materiais	Diretoria de Administração			
							PO Gerir Processos de Pagamentos	Manual para Emissão de Notas Fiscais	Diretoria de Administração			
								Manual de Aplicação de Sanções em Licitações e Contratos	Serviço de Licitações			
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa		Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial		Diretoria de Administração e Serviço de Infraestrutura Predial	(f) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(f) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.
							PO Gerir Patrimônio		Diretoria de Administração e Serviço de Material e Patrimônio	(f) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(f) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa		Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 18/2022	PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal		Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças			
			Sustentabilidade	Secretaria Administrativa		Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais		Secretaria Administrativa	(f) Atendimento de requisitos legais. (f) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal; Sociedade	(f) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à aspectos de sustentabilidade.
							PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros		Secretaria Administrativa			
							PO Gerir Resíduos		Diretoria de Administração			
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei Federal 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa TCE-GO Nº 19/2022	PO Gerir Estoque		Diretoria de Administração	(f) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal	(f) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.
							PO Fornecer Transporte	Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO	Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
							PO Gerir Manutenção Veicular		Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
							PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV		Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12 Lei Orgânica do TCEGO (LOTCE); Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007; Regimento Interno do TCEGO (RITEC); Resolução nº 002/2019	PO Gerir equipamento, Controle e Manutenção		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(f) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(f) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.			
				PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensílios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						
				PO Gerir Laboratório de Topografia		Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						
				PO Gerir o Laboratório de Análises de Solos e Misturas Asfálticas	ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						
					ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia						

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.		Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016		ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(f) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(f) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
								ITR Controle de Resíduos	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
									Serviço de Suporte Técnico de TI			
								PO Gerir Desenvolvimento de Software Tercetizado	Serviço de Sistemas de Informação			
								PO Gerir Backup	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
								PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software	Serviço de Sistemas de Informação			
			Segurança da Informação		Resolução Normativa nº 11/2022		PO Gerir manutenção terceirizada de Software	Serviço de Sistemas de Informação	(f) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de integridade, confidencialidade e autenticidade.			
							PO Gerir Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação				
							PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI				
							Plano de Continuidade de TI / Manual de Substituição de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação				
							Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação		Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação	

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.		Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016		ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(f) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(f) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
								ITR Controle de Resíduos	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
									Serviço de Suporte Técnico de TI			
								PO Gerir Desenvolvimento de Software Tercetizado	Serviço de Sistemas de Informação			
								PO Gerir Backup	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
								PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software	Serviço de Sistemas de Informação			
			Segurança da Informação		Resolução Normativa nº 11/2022		PO Gerir manutenção terceirizada de Software	Serviço de Sistemas de Informação	(f) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de integridade, confidencialidade e autenticidade.			
							PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação				
							PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI				
							Plano de Continuidade de TI / Manual de Substituição de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação				
							Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação		Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação	

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.		Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 1/2023; Resolução Normativa nº 6/2024; Normas de Auditoria do Setor Público (NBAS-SP).	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Fiscalização	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.	
						Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(f) Proposta de Resolução (g) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(f) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.			
						Resolução Normativa Nº 7/2025; Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO; Portaria Nº 614/2022 GPRES; Resolução Adm. Nº 17/2024; Resolução Adm. Nº 19/2022; Resolução Adm. Nº 15/2024; Resolução Adm. Nº 07/2024.	PO Gerir Declaração de Bens e Rendimentos - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendimentos (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(f) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 7/2024; Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(f) Garantir o aperfeiçoamento do controle e assegurar a qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.
						Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade de Controle Externo			
								Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(f) Ciclo de Garantia da Qualidade		
			Suporte à Função Judicante	Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013; Resolução Normativa nº 02/2020; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º); Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(f) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (f) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 7/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO	Diretoria de Registro e Jurisprudência; Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas (Consolidação); (g) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).			
						RN 03/2013; RN 02/2020; PORTARIA Nº 159/2022 - GPRES; RA 19/2022; Lei Orgânica TCE (art. 9º); Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(f) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	
						Plano Estratégico TCE/GO; Portaria nº 676/2018-GPRES; Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; Lei Complementar Federal nº 95/1998; Lei Complementar Estadual nº 33/2001; Constituição Estadual de 1989; e Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO	Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(f) Catálogo de Normativas Consolidado (g) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal		
						Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2020.	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Diretoria de Registro e Jurisprudência; Serviço de Registro	(f) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Diretoria de Atos Oficiais e Controle; Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Ato publicado no DOE/DEC. (g) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (h) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrelemento de Processos.	Tribunal	
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Diretoria de Atos Oficiais e Controle; Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DEC.	Tribunal	(f) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Atos Oficiais e Controle; Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75